

1 **ATA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CSBH MÉDIO JAGUARIBE**

2 Ao 01 (primeiro) dia do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, das 9:00 às 13:00 horas,  
3 estiveram reunidos no auditório do Show Room do município de Jaguaribara, os representantes das  
4 instituições membros do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Médio Jaguaribe, que teve como  
5 pauta: 1. Abertura; 2. Apresentação do balanço financeiro do ano 2016 da COGERH; 3.  
6 Apresentação do monitoramento qualitativo dos açudes da bacia do Médio Jaguaribe; 4.  
7 Apresentação da Situação Hídrica da bacia do Médio Jaguaribe e das ações do Governo do Estado  
8 para mitigar o efeito da estiagem nos abastecimentos das cidades e distritos do médio Jaguaribe  
9 (COGERH); 5. Discussão sobre a necessidade de instalação de uma sede para o CSBH Médio  
10 Jaguaribe; 6. Informes/Encaminhamentos. Estiveram presentes: a Sra. Flaviana Guimarães de Lima  
11 – Instituto Regional de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido – IRDSS – Tabuleiro do  
12 Norte; a Sra. Antonina Maia Diógenes – Associação Sócio Comunitária da Agrovila Riacho da  
13 Serra; o Sr. Expedito Diógenes – Sindicato Rural de Jaguaretama; Sr. Joseane Silveira de Moraes e  
14 o Sr. Raimundo Freitas – Sindicatos dos Trabalhadores (as) Rurais de Pereiro; o Sr. Holanir Cabral,  
15 Associação de Fomento e Caprino e Ovinocultura de Gado e Leite de São João do Jaguaribe –  
16 ASCOS; o Sr. Antônio Laudo Clementino – Associação dos Pescadores do açude Castanhão; A Sra.  
17 Leidiane Christina de Oliveira – CAGECE; O Sr. Raimundo Gilson, SAAE de Solonópole; o Sr.  
18 Antônio Moraes Honório, da Associação Desenvolvimento Comunitária Francisco de Moraes do  
19 Nascimento; o Sr. Francisco Carlos Pinheiro das Neves – Associação dos Produtores Rurais de  
20 Caraúbas – Alto Santo; o Sr. Elianildo Lopes Clemente – Associação dos Criadores de Tilápia do  
21 Castanhão – ACRITICA; o Sr. Deodato Celso Barroso Diógenes – Prefeitura Municipal de Alto  
22 Santo; Sr. Daniel Linhares Gonçalves – Câmara Municipal de Jaguaribara; o Sr. Zircônio Peixoto  
23 dos Santos – Prefeitura de Jaguaribe. O Sr. André Leitão Mavignier e o Sr. Fernando Pimentel de  
24 Andrade – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS; Sr. Allysandro Soares  
25 Herculano Barbosa – Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA. A reunião foi iniciada pelo Sr.  
26 Daniel Linhares, presidente do CSBH do Médio Jaguaribe, que saudou a todos, leu a pauta da  
27 reunião, e informou que na última reunião ordinária do Comitê do ano de 2017, ocorrerá a  
28 cerimônia de entrega da Comenda José Ulisses de Sousa, assim sendo é necessário que os membros  
29 do colegiado façam as indicações de nomes a serem homenageados. Em seguida o passou a palavra  
30 para o Sr. Leandro Nogueira, Coordenador do Núcleo de Gestão da COGERH/Limoeiro do Norte  
31 para dar procedimento a pauta da reunião. O mesmo apresentou a equipe da COGERH Limoeiro do  
32 Norte, representada também pelo Sr. Hermilson Barros, Coordenador do Núcleo Técnico, pelo Sr.  
33 Cleilson Almeida, Analista em gestão de Recursos Hídricos, e pela Sra. Maria Ley, apoio do  
34 Núcleo de Gestão. Continuando falou que esta reunião apresenta um baixo quórum, pois só  
35 compareceram 16 entidades/instituições, que representa 53,3% dos membros do colegiado,  
36 ressaltando que vários membros têm faltado às reuniões e não enviam justificativa, sendo que  
37 algumas já atingiram o limite de faltas e por esse motivo serão desligadas. Em seguida, convidou a  
38 Sra. Cibele Carvalho, da Gerência de Planejamento Orçamento e Controle – GEPLAN/COGERH  
39 para apresentação do balanço financeiro da COGERH no ano de 2016. a mesma iniciou mostrando  
40 a Evolução do FATURAMENTO, ARRECADAÇÃO E DESPESA no período de 2007 a 2016, que  
41 mostra um crescimento acentuado destes itens a partir de 2014, sendo que no ano de 2016, a  
42 COGERH teve um faturamento de R\$ 101,58 milhões, com uma arrecadação de R\$ 99,92 milhões,  
43 com uma despesa de R\$ 103,89 milhões. Em seguida apresentou o comparativo entre o Faturamento  
44 do ano 2015 e 2016. No ano de 2016, o faturamento total foi de R\$ 101.580.199 milhões, com um  
45 incremento de 15,73% no faturamento médio em relação ao ano de 2015. Apresentou também que a  
46 arrecadação total em 2016 foi de R\$ 99.887.574 milhões, o que representa um incremento de  
47 15,69% em relação a 2015 ao passo que as despesas totais de 2016 foram de R\$ 103.630.131,06,  
48 com uma variação da média de -2,48% em relação a 2015. Em seguida apresentou que as três  
49 principais categorias de uso são: CAGECE de quem foi faturado R\$ 51,29 milhões e arrecadado R\$  
50 51,94 milhões; Industrias de quem foi faturado R\$ 43,66 milhões e arrecadado R\$ 43,51 milhões; e

51 SAAE's com faturamento de R\$ 4,07 milhões e arrecadado R\$ 2,28 milhões. Apresentou ainda os  
52 principais custos: Energia elétrica, representa 28,51% dos custos totais; Pessoal Terceirizado com  
53 20,86% e Pessoal Próprio com 19,44% das despesas totais. Em seguida apresentou o resultado do  
54 balanço nos anos de 2015, em que a companhia obteve um prejuízo de R\$ 14.817.661,00 milhões,  
55 ao passo que no ano de 2016 a COGERH teve um lucro de R\$ 2.221.690,00 milhões. Continuando  
56 apresentou o Detalhamento da Bacia do Médio Jaguaribe no ano de 2016, que teve um faturamento  
57 de R\$ 2.235.424,39 milhões, em que os principais clientes faturados foram: Irrigação com R\$ 755  
58 mil; SAAE's R\$ 521,09 mil; Indústrias isoladas, R\$ 505,37 mil e CAGECE R\$ 331,91 mil, ao  
59 passo que a arrecadação total da bacia foi de R\$ 2.017.145,60 milhões, merecendo destaque  
60 Irrigação com R\$ 707,50 mil; SAAE's R\$ 490,87 mil; Indústrias isoladas, R\$ 397,84 mil e  
61 CAGECE R\$ 331,91 mil. Finalizando apresentou as principais despesas no ano de 2016, que  
62 totalizaram R\$ 14.749.584,90 milhões, destacando que o principal custo é a Estrutura da EB  
63 Castanhão – Eixão das Águas com um valor de R\$ 11.047.179,95 milhões, por tanto sem considerar  
64 a EB Castanhão, o custo total da bacia do Médio Jaguaribe foi de R\$ 3.702.404,95 milhões.  
65 Finalizada a apresentação, o Sr. Daniel Linhares, disse que os comitês de bacias defendem que um  
66 percentual da arrecadação seja empregado pelos comitês na bacia de origem e o comitê do Médio  
67 por ter o principal reservatório do estado (Castanhão) deveria ser contemplado com mais recursos.  
68 Disse ainda que a mais de dois anos tem a discussão de um projeto para os comitês (PRO-  
69 COMITES) com recursos da ANA – Agência Nacional de Água, porém não se tem informações,  
70 nem previsão de liberação de recursos, portanto defende que seja realizada uma reunião com o  
71 presidente da COGERH, Sr. João Lúcio e o Secretário de Recursos Hídricos, Sr. Francisco Teixeira,  
72 para discutir o tema e cobrar ações efetivas de compensação para a bacia do Médio Jaguaribe.  
73 Dando continuidade a reunião, o Sr. Daniel convidou o Sr. Miguel Rodrigues, Analista em gestão  
74 de Recursos Hídricos da COGERH Fortaleza, para apresentação do monitoramento qualitativo dos  
75 açudes do Médio Jaguaribe. O mesmo iniciou destacando o histórico do monitoramento qualitativo,  
76 que em 1998 foram realizadas as primeiras campanhas de forma centralizada (sede); em 2004 as  
77 Campanhas foram descentralizadas, e foi implantada a primeira versão do sistema de informação,  
78 com a realização de convênios para análises laboratoriais; Em 2010 foi implantado o novo sistema  
79 de informações, permitindo o acompanhamento e controle da qualidade da água (RMQA). Já em  
80 2016 os dados passaram a ser disponibilizados no Portal hidrológico (<http://www.hidro.ce.gov.br/>),  
81 com a utilização de sondas fixas e relatórios qualitativos periódicos. Destacou que na área da sub-  
82 bacia do Médio Jaguaribe, são monitorados: 15 Açudes; 02 Rios (Jaguaribe e Banabuiú). 01 Canal  
83 (Eixão das águas) e 01 Bateria de Poços (Comunidade Morrinhos). Os parâmetros monitorados são:  
84 DBO (Demanda bioquímica de oxigênio); CIF (Contagem e identificação de fitoplânctons); ECO  
85 (Escherichia coli). São elaborados os seguintes relatórios e índices: Índice de estado trófico;  
86 Relatórios de automonitoramento; Relatório de qualidade de água bruta e Relatórios de mortalidade  
87 de peixes. Para o estado de trofia, a Cogeh adota, adaptado da Cetesb: Fósforo; Clorofila a;  
88 Nitrogênio; Transparência; Contagem de cianobactérias e Observações de campo. Pelo Estado de  
89 trofia, os reservatórios podem ser classificados em: Hipereutrófico (águas afetadas pelas  
90 concentrações de matéria orgânica e nutrientes, podendo ocorrer episódios de florações tóxicas e  
91 mortalidade de peixes); Eutrófico (águas com alta produtividade, de baixa transparência, em geral,  
92 afetados por atividades antrópicas, em que ocorrem alterações indesejáveis na qualidade da água);  
93 Mesotrófico (águas com produtividade intermediária, com possíveis implicações sobre a qualidade  
94 da água, mas em níveis aceitáveis, na maioria dos casos); Oligotrófico (possuem águas limpas, de  
95 baixa produtividade, em que não ocorrem interferências indesejáveis sobre os usos da água).  
96 Destacou que as campanhas de monitoramento são realizadas trimestralmente, e apresentou um  
97 comparativo entre as campanhas de fevereiro e maio de 2017, uma vez que a campanha de agosto  
98 ainda não estão com os dados disponíveis. Em fevereiro dos 15 açudes monitorados na bacia do  
99 Médio Jaguaribe 08 encontravam-se secos (Adauto Bezerra, Canafistula, Ema, Jenipapeiro,  
100 Madeiro, Nova Floresta, Potiretama e Santo Antônio dos Bastiões) e não foi possível realizar a

101 coleta; 04 encontravam-se com águas hipereutróficas (Figueiredo, Riacho da Serra, Riacho do  
102 Sangue e Santa Maria) e 03 com águas eutróficas (Castanhão, Joaquim Távora e Tigre). Já na  
103 campanha de maio: 03 encontravam-se secos (Adauto Bezerra, Potiretama e Santo Antônio dos  
104 Bastiões); 04 encontravam-se com águas hipereutróficas (Jenipapeiro, Nova Floresta, Riacho do  
105 Sangue e Santa Maria) e 08 com águas eutróficas (Canafistula, Castanhão, Ema, Figueiredo,  
106 Joaquim Távora, Madeiro, Riacho da Serra e Tigre). Apresentou também que no estado do Ceará,  
107 na campanha de maio/2017 dos 153 açudes monitorados pela COGERH, 27 estavam secos, 20  
108 hipereutróficos, 81 eutróficos, 21 mesotróficos e somente 04 oligotróficos. O que leva a conclusão  
109 de que a diminuição dos aportes e baixa renovação da massa d'água, a elevação do tempo de  
110 residência, levam ao aumento da concentração de nutrientes, que traz como consequência a  
111 aceleração do processo de eutrofização. O que em outras palavras significa que a redução do  
112 volume contribui para elevar a salinização e a eutrofização. Finalizada a apresentação, o Sr.  
113 Leandro disse que a maioria dos reservatórios da bacia ocorre a captação de carros-pipas do  
114 exército brasileiro, que não tem um tratamento adequado, pois é usado somente a pastilha de cloro,  
115 daí a preocupação com a qualidade da água dos açudes. O Sr. Miguel respondeu que é preciso um  
116 tratamento adequado da água para consumo humano e que às vezes só a desinfecção com cloração  
117 não é capaz de tornar a água potável, e que ocorre casos em que a cloração acelera o esverdeamento  
118 da água. Dando continuidade à reunião, o Sr. Daniel convidou o Sr. Hermilson Barros, para  
119 apresentação da Situação Hídrica da bacia do Médio Jaguaribe e das ações do Governo do Estado  
120 para mitigar o efeito da estiagem nos abastecimentos das cidades e distritos do Médio Jaguaribe. O  
121 mesmo iniciou informando que o Estado do Ceará em 31/08/2017, possuía 2,0 bilhões de m<sup>3</sup>, que  
122 representa 10,72% da sua capacidade total de acumulação que é 18,64 bilhões de m<sup>3</sup> e que de 01/01  
123 a 31/08/2017 os 153 açudes gerenciados no estado já tiveram um aporte de 1,445 bilhão de m<sup>3</sup>.  
124 Apresentou que o açude Orós, que pereniza o rio Jaguaribe até a captação da CAGECE no  
125 município de Jaguaratama, encontrava-se 172,48 milhões de m<sup>3</sup>, representa 8,89% de sua  
126 capacidade. Em seguida apresentou o boletim com os açudes do Médio Jaguaribe, destacando o  
127 açude Castanhão que no dia 31/08/2017, encontrava-se com 299,89 milhões m<sup>3</sup>, perfazendo 4,48%  
128 de sua capacidade, bem como os açudes que estão secos: Adauto Bezerra, Canafistula, Ema,  
129 Madeiro, Potiretama e Santo Antônio dos Bastiões. Destacou ainda que considerando todos os  
130 açudes a bacia do Médio Jaguaribe encontra-se com 4,10% de sua capacidade, porém sem levar em  
131 consideração o Castanhão, esse percentual cai para 0,50%, pois a maioria dos açudes estão secos ou  
132 deve secar durante o segundo semestre do ano, pois pelas simulações de esvaziamento indicam que  
133 somente o Castanhão e Joaquim Távora tem água suficiente até 2018. Apresentou a seguir fotos dos  
134 açudes da bacia, mostrando os que estão secos e os com baixo nível. Prosseguindo apresentou a  
135 vazão média liberada do açude Castanhão no período de 15/06 a 30/08/2017, que está em 7,23 m<sup>3</sup>/s,  
136 sendo 4,05 m<sup>3</sup>/s liberado pela válvula para perenização do rio Jaguaribe e 3,18 m<sup>3</sup>/s captado pelo  
137 Eixão das Águas. Apresentou a seguir fotos de ações para retificação de alguns trechos do rio  
138 Jaguaribe, para facilitar o fluxo da água no trecho perenizado até a passagem de Sucurujuba.  
139 Destacando o canal construído a montante da passagem de Recanto e de Bom Jesus, ambos em Alto  
140 Santo, o direcionamento do fluxo para a captação da CAGECE Tabuleiro do Norte e fechamento de  
141 braço do rio para melhorar o fluxo na passagem molhada de Córrego de Areia. Continuando,  
142 apresentou a situação do abastecimento de água das sedes municipais do Baixo e Médio Jaguaribe,  
143 com base no relatório do Comitê de Monitoramento das Ações de Convivência com o  
144 Semiárido/CE, que tem relatoria do Assessor da Presidência da Cogerh, Sr. Gianni Lima, que não  
145 pode comparecer a reunião, pois toda sexta-feira ocorre a reunião semanal do GT – Grupo de  
146 Trabalho de Segurança hídrica do Comitê das Secas do Ceará. O Sr. Hermilson destacou que para o  
147 planejamento considera-se como reserva crítica, o reservatório que atinge o volume mínimo de  
148 100.000 mil m<sup>3</sup>, que é considerado o limite que a CAGECE consegue tratar a água. Com base nesse  
149 aspecto, as cidades foram classificadas em: **LOCALIDADES CUJO MANANCIAIS ATINGEM**  
150 **RESERVA CRÍTICA ATÉ SET/2017**, nesta condição estão os municípios de **Alto Santo (AÇÃO**

151 PREVISTA: Perfuração de 03 poços, OCP – Operação Carro Pipa em parte da cidade; Situação  
152 atual: A FUNASA informou que a adutora deverá operar em dezembro. A Cagece construirá poços  
153 manuais no aluvião do Figueiredo em Setembro e fazer limpeza de poços antigos do aluvião.  
154 Produz 30 m<sup>3</sup>/h para demanda de 35 m<sup>3</sup>/h (no setor Cagece). A Cagece poderá utilizar 02 cacimbões  
155 na bacia do açude quando ficar descoberto; **Dep. Irapuan Pinheiro** (AÇÃO: 4 poços a instalar -  
156 dificuldade para instalação elétrica – OCP: Urgente; Situação atual: A prefeitura solicitou o  
157 orçamento para a instalação de energia para os poços da Betânia. O Sr. Leandro complementou que  
158 recentemente ocorreu uma reunião com o Prefeito de Irapuan Pinheiro, em que o mesmo levantou a  
159 possibilidade de uma AMR a partir do açude Sussuarana); **Iracema** (Ação: OCP: Urgente; AMR  
160 (DNOCS): Prazo: ABR/17. Porém açude Figueiredo não tem água para operação. Está sendo  
161 aproveitado o açude Holandinho com vazão de 30 m<sup>3</sup>/h. A CAGECE e prefeitura negociaram com o  
162 proprietário a permissão para o acesso da adutora CAGECE. Demanda emergencial 50 m<sup>3</sup>/h);  
163 **Pereiro** (AÇÃO: 11 poços perfurados; OCP: Urgente; AMR (DNOCS): ainda sem prazo de  
164 conclusão); e **Potiretama** (AÇÃO: CAGECE vai fazer 04 Locações de poços na sede; Existem 05  
165 locações de poços no aquífero Açú; OCP: urgente; AMR: Pleito do Governo/CE (Fonte: poços no  
166 Açú). Situação: Após fiscalização do MI será transferida a AMR para os futuros poços no Açú.  
167 Expectativa de 15 m<sup>3</sup>/h de 04 poços antigos no Trapia, sendo 10 m<sup>3</sup>/h de poços de trado e mais 5  
168 m<sup>3</sup>/h de novos poços, para demanda emergencial de 30 m<sup>3</sup>/h). **LOCALIDADES COM**  
169 **MANANCIAIS COM RESERVA CRÍTICA ENTRE OUTE DEZ/2017 OU QUE POSSUA**  
170 **ABASTECIMENTO EMERGENCIAL PARCIAL**, nesta condição estão os municípios de  
171 **Solonópole** (Previsão de atingir reserva crítica em outubro/2017; ação prevista: Perfuração de 03  
172 poços (COGERH discutir com SAAE a instalação se a SOHIDRA construir); OCP: Urgente. O  
173 Representante do SAAE Solonópole informou, que está aguardando apenas equipamentos para  
174 mudar a captação do açude riacho do Sangue para os poços, porém esses poços têm elevado teor de  
175 ferro. **Jaguaruana** (abastecimento parcial do rio Jaguaribe, ação prevista: AMR: pleito do  
176 Governo/CE (Fonte: poços Sargento). Porém recursos não garantidos ainda, apesar de a Defesa  
177 Civil nacional já ter aprovado o Plano de Trabalho desta obra. O Estado deverá executar essa obra,  
178 caso não sejam aportados recursos federais); Limoeiro do Norte – Tabuleiro do Norte (previsão de  
179 fim de perenização do rio em dezembro/2017, Ação Prevista: AMR: Pleito Governo/CE (Fonte:  
180 Eixão das Águas). Recursos não garantidos ainda, apesar de a Defesa Civil nacional já ter aprovado  
181 o Plano de Trabalho desta obra. **São João do Jaguaribe** (Previsão de fim de perenização do rio em  
182 dezembro/2017, Ação Prevista: Perfuração de poços). Finalizando apresentou as premissas para  
183 Operação dos Açudes Castanhão e Orós durante o segundo semestre do ano: **SERÃO**  
184 **PERMITIDOS**: Captações para abastecimento humano e dessedentação animal; Culturas de até 03  
185 ha, excluindo métodos superficiais (inundação, sulcos, faixas etc); **NÃO SERÃO PERMITIDOS**:  
186 Métodos de irrigação de baixa eficiência, métodos superficiais (inundação, sulcos, faixas etc)  
187 independente de cultura e área; Camarão e arroz com captação no rio; Novos usuários, conforme  
188 cadastro COGERH 2014/15. Para poços, deverá ser respeitada as seguintes distâncias a partir da  
189 barreira do rio: Para o trecho perenizado pelo açude Orós: 300 m; Perenização pelo Açude  
190 Castanhão: Trecho Castanhão / Bom Jesus: 500 m; Trecho Bom Jesus / Peixe Gordo: 300 m; Peixe  
191 Gordo / Sucurujuba: 500 m; Abaixo de Sucurujuba – Sem Restrição. Após a apresentação foi aberto  
192 espaço para discussão. O Sr. André Magvinier (DNOCS), perguntou qual a vazão do Castanhão que  
193 efetivamente chega ao Pecém. O Sr. Leandro respondeu, que no seminário de alocação dos Vales,  
194 realizado em junho/2017, ficou aprovado uma vazão de 3,0 m<sup>3</sup>/s para o Eixão das Águas, sendo que  
195 existem diversos consumos como perímetros públicos, bombeamento reverso do Canal do  
196 Trabalhador, abastecimento de diversos municípios e comunidades, além de pequenos usuários,  
197 sendo que efetivamente está chegando a RMF – Região Metropolitana de Fortaleza cerca de 1,2  
198 m<sup>3</sup>/s, sendo que foram realizadas diversas ações para tornar o CIPP – Complexo Industrial e  
199 Portuário do Pecém independente do Sistema Jaguaribe/RMF. O Sr. Daniel Linhares, disse que  
200 seria interessante que a COGERH enviasse um relatório com a situação do abastecimento de cada

201 cidade. O Sr. Cleilson informou que mensalmente ocorre a reunião com as concessionárias de água  
202 (CAGECE, SAAE's e SISAR) para monitoramento dos abastecimentos humanos, e está sendo  
203 encaminhado a Ata e Planilha com a situação de cada município/distrito para a comissão de  
204 membros do CSBH Médio Jaguaribe, constituída na última reunião ordinária do CSBH para  
205 acompanhamento da situação dos abastecimentos dos municípios da bacia. O Sr. Leandro,  
206 complementou que mensalmente também está sendo enviado via e-mail o relatório do GT de  
207 Segurança hídrica para todos os membros dos comitês. O Sr. Joseane, disse que a AMR de Pereiro  
208 está sendo desmontada e não houve avanço. E segundo informações do Prefeito de Pereiro, a  
209 empresa responsável pela obra, teve o contrato encerrado, portanto é preciso que o Comitê cobre  
210 transparência e agilidade para conclusão dessa AMR. Disse ainda que em agosto, a CAGECE tinha  
211 se comprometido em fazer a instalação de dois poços e um chafariz em Pereiro, e até o momento  
212 nada foi realizado. O Sr. André (DNOCS), disse que o prazo de execução da obra, esgotou e por  
213 falhas no projeto, será necessário realizar a readequação do projeto, recentemente foi realizada uma  
214 fiscalização para verificar a situação da obra. A Sra. Leidiane Oliveira (CAGECE), disse que a sede  
215 de Pereiro está sendo abastecido por rodízio com seis setores, cada setor operando 4 horas/dia, e que  
216 ainda não foram instalados os poços por outras demandas, mais já está sendo preparada a instalação  
217 dos mesmos. Informou também que para o município de Potiretama foram alocados seis poços, e já  
218 foram perfurados três, dos quais só um obteve vazão. É torcer para que os três que ainda faltam ser  
219 perfurados, obtenha boa vazão. O Sr. Holanir, reiterou que o Sr. Baman, ex-proprietário de terras do  
220 açude Figueiredo, disse que na bacia do Figueiredo existem cacimbões que nunca secam, e que eles  
221 poderiam ser usados para abastecer a cidade de Potiretama. O Sr. Leandro complementou que essa  
222 informação dos poços e sobre a questão da remoção da AMR para os poços do Açú foram  
223 levantados em uma audiência pública realizada no mês de junho em Potiretama. A Sra. Leidiane,  
224 falou que estão previstos também a perfuração de poços de aluvião na bacia do Figueiredo, quando  
225 o açude colapsar. E que pode ser estudado a viabilidade desses cacimbões. Quanto a remoção da  
226 AMR ainda não se tem a autorização do Ministério da Integração. O Sr. Joseane disse que a Defesa  
227 Civil do Estado parou de atuar nas zonas urbanas municipais por falta de recursos, e recentemente  
228 saíram notícias na imprensa que o exército está sem recursos para a Operação Carro-pipa. O Sr.  
229 Leandro sugeriu que o comitê envie ofício solicitando informações junto a Defesa Civil, do motivo  
230 da paralisação das ações. O Sr. Hermilson informou ainda que está sendo feito um intenso trabalho  
231 de fiscalização ao longo do rio Jaguaribe no trecho perenizado pelo açude Orós, para garantir que a  
232 água avance até a captação da CAGECE Jaguaritama, porém será necessário realizar intervenções  
233 para melhorar o fluxo do rio, sobretudo para que a barragem de Santana possa voltar a passar água.  
234 E que a fiscalização é feita com base nas premissas aprovadas pelos comitês do Jaguaribe. Disse  
235 ainda que no caso da AMR para o Mineiro (Jaguaribara) a obra foi concluída, mais roubaram todo o  
236 cabeamento elétrico, e a empresa precisará reinstalar os cabos. O Sr. Leandro disse que no caso do  
237 município de Milhã, apesar do município ser acompanhado pela gerência de Quixeramobim, pois o  
238 município era abastecido do açude Patu, é importante que os representantes do município nos  
239 repasse as informações sobre a situação do abastecimento da sede e distritos. O Sr. Holanir  
240 perguntou como está a questão da perfuração de poços para São João do Jaguaribe e da AMR para  
241 Tabuleiro/Limoeiro do Norte. O Sr. Hermilson respondeu que o projeto da AMR foi elaborado,  
242 mais ainda não tem recursos garantidos, está se estudando poços para o município de Limoeiro do  
243 Norte, ao passo que a CAGECE já construiu poços para o abastecimento de Tabuleiro do Norte. Já  
244 para São João do Jaguaribe, está se estudando a utilização de poços existentes, para tanto na  
245 próxima semana (terça-feira) será realizada uma visita para identificar potenciais mananciais. O Sr.  
246 Antônio Moraes, disse que tá tendo um crescimento enorme da carcinicultura e que muitos  
247 produtores não querem se regularizar para evitar a fiscalização. E que o comentário em Jaguaribe é  
248 que quem buscou se regularizar foi penalizado com lacre dos motores, enquanto a atividade  
249 irregular se expande. No caso de um carcinicultor que foi fiscalizado teve um prazo de um mês para  
250 perfurar um poço a 300 m da barreira do rio, o que é insuficiente. Enquanto tem grande

251 carcinicultor que a mais de um ano usa água irregularmente. A sensação em Jaguaribe, é que só os  
252 pequenos estão sendo penalizados. Solicitou ainda o envio de uma correspondência do CSBH  
253 informando se a distância para perfuração de poços é de 300 m da barreira do rio ou da água, pois  
254 na reunião que ocorreu o prefeito disse que essa distância seria da água. O Sr. Hermilson, disse que  
255 a dinâmica da fiscalização é feita por trecho sem distinção de pequeno ou grande usuário, com base  
256 nas premissas, porém existe limitações, pois é uma única equipe para fiscalizar tanto o trecho  
257 perenizado pelo Açude Orós, quanto pelo açude Castanhão. Sendo que foram realizados lacres e  
258 retirada de motores de grandes usuários, o que ocorreu foi o deslacre de alguns usuários que  
259 passaram a atender as premissas após a definição das distâncias para poços. Destacou que a  
260 competência de lacrar/deslacrar motores é da SRH, a COGERH apenas dá o apoio logístico. E que  
261 essa questão da distância já ficou definida tanto na reunião de alocação, sendo levantada a discussão  
262 na reunião da comissão de acompanhamento da operação, que definiu pela manutenção da distância  
263 dos poços a partir da barreira do rio e não do fio de água, conforme solicitado por alguns usuários.  
264 O Sr. Deodato, informou que teve seu pedido de outorga de poço negado (arquivado) alegando que  
265 era uma área nova (novo pedido de outorga). O Sr. Hermilson disse que estranha essa informação,  
266 pois de acordo com as premissas para poços localizado acima da distância mínima, não há restrições  
267 para o uso da água, e que pode verificar com a SRH o motivo do arquivamento da outorga. O Sr.  
268 Leandro, disse que entende que o Prefeito Zé Abner tem participado bastante de todas as reuniões,  
269 porém essa questão da distância dos poços já ficou definida, e que cada representante dos  
270 municípios pode repassar essa informação. O Sr. Joseane disse que é necessário que o comitê  
271 oficialize junto às administradores municipais, pois muitos prefeitos acham que os comitês não tem  
272 poder e que eles resolvem politicamente com deputados e secretários. Dando prosseguimento à  
273 reunião, o Sr. Daniel passou a discussão sobre a necessidade de instalação da sede do CSBH Médio  
274 Jaguaribe, o mesmo disse que a COGERH atua muito bem como secretária-executiva do colegiado,  
275 mais sente a necessidade de ter um espaço próprio do colegiado, com banco de dados necessário ao  
276 acompanhamento das ações e interação dos membros do colegiado, e com a reforma do complexo  
277 Castanhão, entrou em contato com o Sr. Fernando, administrador do açude do DNOCS e o mesmo  
278 disse que seria possível ceder uma sala para o colegiado, o que foi corroborado pelo Sr. André  
279 Magvinier. Desta forma o Sr. Daniel solicitou dos membros a autorização para que a diretoria do  
280 colegiado busque parcerias com a COGERH/CAGECE para custear as despesas com a implantação  
281 e manutenção do escritório, pois é preciso tirar o comitê da dependência exclusiva da diretoria,  
282 proporcionando um local e uma pessoa capacitada para atender a todos os membros do colegiado.  
283 Colocada em votação a plenária foi unânime em aprovar a iniciativa para instalação da sede do  
284 CSBH Médio Jaguaribe, nas dependências do Complexo Castanhão. Em seguida, o Sr. Daniel  
285 colocou em votação a Ata da reunião anterior (52ª Reunião Ordinária), que foi aprovado por todos  
286 os presentes. Prosseguindo a reunião o Sr. Leandro destacou que o Art. 26 do Regimento Interno do  
287 CSBH estabelece que entidade/instituição cujo representante não comparecer a 02 (duas) reuniões  
288 consecutivas ou 03 (três) alternadas, sem justificativa num prazo máximo de 10 dias, receberá  
289 comunicação do desligamento do seu representante, solicitada a fazer nova indicação. Caso não  
290 haja manifestação da entidade/instituição membro no prazo de 30 (trinta) dias a plenária do Comitê  
291 deliberará pelo desligamento definitivo. E infelizmente duas instituições estão nesta situação. Do  
292 segmento sociedade civil FAMDIP – Federação das Associações de Deputado Irapuan Pinheiro, e  
293 do segmento usuários, a Associação Comunitária São José do município de Iracema. Assim sendo o  
294 mesmo coloca a decisão de desligamento definitivo das duas. O que foi acatado por unanimidade. O  
295 Sr. Leandro informou ainda que algumas instituições também já atingiram o limite de faltas e serão  
296 comunicados para substituição de representantes, caso não seja feito no prazo estipulado, na  
297 próxima reunião ordinária do colegiado, terão seu desligamento submetido a plenária. Porém  
298 algumas instituições são membros nato, como é o caso do IBAMA e já foram enviados vários  
299 ofícios solicitando a substituição dos membros e não tiveram sequer um retorno. O Sr. Daniel  
300 sugeriu que se realize-se uma visita a sede do IBAMA em Fortaleza, para discutir essa questão. Em

301 seguida foi colocado em votação as propostas de encaminhamento levantadas na reunião, sendo  
302 aprovado os seguintes **ENCAMINHAMENTOS**: **1. Enviar ofício a Direção Nacional do DNOCS**  
303 **em Fortaleza, solicitando informações e urgência para conclusão das AMR's em construção na**  
304 **bacia do Médio Jaguaribe; 2. Convidar entidades/instituições que ficaram sem vaga no processo**  
305 **de renovação para preencher as vacâncias no segmento Usuários e sociedade civil. 3. Os**  
306 **membros faram indicação de nomes de pessoas/instituições que tenham relevantes serviços**  
307 **prestados na gestão de recursos hídricos e meio ambiente que sejam da bacia do médio**  
308 **Jaguaribe, que já fazem ou já fizeram parte do CSBH para serem selecionados para receber a**  
309 **comenda José Ulisses de Sousa; 4. Enviar ofício aos prefeitos municipais sobre as premissas**  
310 **para operação dos açudes Castanhão e Orós, bem como que a distância mínima para perfuração**  
311 **de poços é da barreira do rio e não da água.** Finalizando a reunião, o Sr. Leandro repassou os  
312 seguintes informes: Atividades realizadas após a 52ª Reunião Ordinária (19/05/2017): 1. Averiguar  
313 denúncia de ocupação irregular na bacia hidráulica do açude santa maria (25 a 29/05 – Ererê); 2.  
314 Participação de Audiência Pública: Potiretama (05/06) e Jaguaratama (30/06); 3. Reunião com a  
315 diretoria do colegiado (07/06 e 09/08); 4. Reunião do fórum cearense de comitês de bacias  
316 hidrográficas (20 e 21/07 – Fortaleza); 5. Reunião informativa sobre o XXIV Seminário de  
317 Alocação dos Vales do Jaguaribe e Banabuiú (29/06 – São João do Jaguaribe e Jaguaribara; 28/07 –  
318 Jaguaribe); 6. Reunião de alocação de água do açude (Figueiredo – 17/07; Riacho do Sangue –  
319 18/07; Tigre – 04/08, Joaquim Távora (Orós-Feiticeiro) e Nova Floresta – 10/08; Santa Maria –  
320 17/08; 7. Visita ao CAC para organizar a logística da capacitação do colegiado (20/06 – Brejo  
321 Santo/Jati/Missão Velha); 8. Elaboração de Spot de rádio com as premissas de operação dos Vales.  
322 Em seguida o Sr. Leandro informou dos eventos previstos para o mês de setembro: De 11 a  
323 13/09/2017 ocorrerá no Centro de Evento de Fortaleza o encontro Regional o Nordeste Participando  
324 do Fórum Mundial da Água 2018; e dia 14/09 em Limoeiro do Norte ocorrerá a II Reunião com a  
325 comissão de Acompanhamento da operação 2017.2 dos Vales do Jaguaribe e Banabuiú. Finalizando  
326 os trabalhos, e não havendo nada mais a ser discutido. O Sr. Daniel declarou encerrada a reunião, e  
327 eu Cleilson Pinto de Almeida, analista em gestão de recursos hídricos do Núcleo de gestão da  
328 Gerência de Limoeiro do Norte, lavrei a presente Ata.